

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Questão 1

Entre as diretrizes a serem observadas na execução dos procedimentos previstos na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) inclui-se

- Ⓐ a observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- Ⓑ a divulgação de informações de interesse público, somente quando solicitadas.
- Ⓒ a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- Ⓓ o desenvolvimento do controle interno da administração pública.
- Ⓔ o desenvolvimento da cultura de sigilo na administração pública.

Questão 2

Consoante as disposições da Lei n.º 12.527/2011, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, denomina-se

- Ⓐ autenticidade.
- Ⓑ pessoalidade.
- Ⓒ primariedade.
- Ⓓ integridade.
- Ⓔ disponibilidade.

Questão 3

Com base na Lei n.º 12.527/2011, assinale a opção correta no que concerne ao procedimento relativo ao pedido de acesso à informação.

- Ⓐ O pedido de acesso será negado quando a informação estiver contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade.
- Ⓑ É válido o pedido anônimo de acesso à informação, desde que seja especificada a informação requerida.
- Ⓒ O órgão ou entidade deverá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
- Ⓓ O serviço de busca e fornecimento de informação é gratuito, não sendo cabível qualquer cobrança relativa ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.
- Ⓔ São proibidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Questão 4

Conforme a Lei n.º 12.527/2011, desconsideradas eventuais hipóteses de delegação, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau ultrassecreto, do

- Ⓐ dirigente de sociedade de economia mista de capital majoritariamente público.
- Ⓑ diretor de agência reguladora.
- Ⓒ chefe de missão consular permanente no exterior.
- Ⓓ diretor-geral da Polícia Federal.
- Ⓔ oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Questão 5

À luz da Lei n.º 12.527/2011, assinale a opção correta a respeito do tratamento a ser dado às informações pessoais.

- Ⓐ As informações pessoais relativas à intimidade terão seu acesso restrito, desde que recebam alguma classificação de sigilo.
- Ⓑ Não é possível o acesso a informações pessoais por terceiro sem o consentimento expresso do titular, mesmo em caso de utilização para tratamento médico.
- Ⓒ Os órgãos e entidades públicas respondem subsidiariamente pelos danos causados em decorrência da utilização indevida de informações pessoais.
- Ⓓ A restrição de acesso à informação relativa à vida privada não poderá ser invocada nas ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de grande relevância.
- Ⓔ A pessoa física que detiver informação de caráter pessoal, em decorrência de vínculo com o poder público, e não observar o dever de preservar o acesso restrito estará sujeita à penalidade de suspensão dos direitos políticos.

Questão 6

Com base nas disposições da Lei n.º 13.726/2018 (Lei de Desburocratização), assinale a opção correta acerca da relação dos órgãos e entidades da administração pública com o cidadão.

- Ⓐ É válida a exigência de prova relativa a fato, ainda que este já tenha sido comprovado pela apresentação de outro documento.
- Ⓑ O agente administrativo deve exigir o reconhecimento de firma pelo signatário, exceto se este estiver presente e assinar o documento diante do agente, que atestará a autenticidade da assinatura.
- Ⓒ Não serão aceitas cópias não autenticadas de documentos.
- Ⓓ A apresentação de certidão de nascimento ou cédula de identidade não pode ser suprida pela exibição da carteira de trabalho.
- Ⓔ A apresentação de título de eleitor não poderá ser dispensada para votar ou para registrar candidatura.

Questão 7

De acordo com a Lei n.º 10.028/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas a

- Ⓐ propositura de lei de diretrizes orçamentárias anual sem as metas fiscais na forma da lei.
- Ⓑ realização de operação de crédito externo, sem prévia autorização legislativa.
- Ⓒ inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada.
- Ⓓ colocação, no mercado financeiro, de títulos da dívida pública que não tenham sido criados por lei.
- Ⓔ execução de ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.

Questão 8

O governador de determinado estado da Federação excedeu o limite máximo para despesas com pessoal, deixando de adotar, a tempo, as medidas legais previstas para a redução desse montante.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais contra as Finanças Públicas), a conduta do governador pode configurar

- A crime contra as finanças públicas, a ser julgado pelo Tribunal de Contas da União.
- B infração administrativa contra a lei de finanças públicas, a ser julgado pelo tribunal de contas do estado.
- C crime contra as finanças públicas, a ser julgado pelo tribunal de justiça do estado.
- D crime contra as finanças públicas, a ser julgado pelo tribunal de contas do estado.
- E infração administrativa contra a lei de finanças públicas, a ser julgada pelo Tribunal de Contas da União.

Questão 9

Considerando as disposições da Lei n.º 12.527/2011 acerca do indeferimento de acesso a informações, assinale a opção correta.

- A O recurso contra o indeferimento de acesso a informações deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, não reconsiderando seu posicionamento, encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior.
- B O requerente tem direito de obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, via certidão ou cópia.
- C No âmbito da administração pública federal, o recurso contra a negativa de acesso à informação deve ser encaminhado, originalmente, à Controladoria-Geral da União.
- D O acesso à informação com vistas à tutela judicial de direitos fundamentais somente poderá ser negado se a informação for classificada como ultrassecreta.
- E Não há previsão de recurso contra decisão da Controladoria-Geral da União que negue pedido de acesso à informação.

Questão 10

Em conformidade com o Decreto n.º 10.540/2020, o documento, físico ou eletrônico, gerado ou não pelo Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), que comprova a transação na entidade do setor público e que é utilizado para a sustentação do registro contábil é denominado

- A documento de suporte.
- B documento contábil.
- C documento funcional.
- D base de dados.
- E documento estruturante.

Questão 11

Com base no Decreto n.º 10.540/2020, assinale a opção correta a respeito do SIAFIC.

- A O SIAFIC somente é utilizado no âmbito da administração pública federal.
- B O SIAFIC deve viabilizar o controle e a constatação das informações necessárias à apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública.
- C Não é possível o controle das operações intragovernamentais por meio do SIAFIC.
- D A utilização do SIAFIC não alcança as defensorias públicas.
- E Por meio do SIAFIC, é possível o controle da aplicação dos recursos pelos entes federados, exceto no tocante aos convênios, dada a especificidade desse instrumento de gestão associada.

Questão 12

Conforme previsto no Decreto n.º 10.540/2020, que regulamenta o padrão mínimo de qualidade do SIAFIC, entende-se por sistema integrado o

- A sistema informatizado cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários, permitida a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada.
- B sistema informatizado que permite a integração ou a comunicação, sem intervenção humana, com outros sistemas estruturantes cujos dados possam afetar as informações orçamentárias, contábeis e fiscais.
- C conjunto de dados inter-relacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação de maneira centralizada e que podem ser armazenados e acessados local ou remotamente.
- D sistema com suporte de tecnologia da informação fundamental e imprescindível para o planejamento, a coordenação, a execução, a descentralização, a delegação de competência e o controle das ações do Estado.
- E conjunto de procedimentos estruturantes ou organizacionais que visem evidenciar atos e fatos dos entes federativos relativos à situação orçamentária, financeira e patrimonial e os atos potenciais que possam gerar reflexos no patrimônio da entidade.

Questão 13

Consoante as disposições do Decreto n.º 10.540/2020 acerca do SIAFIC e dos procedimentos contábeis, assinale a opção correta.

- A As normas contábeis relativas ao SIAFIC somente podem ser editadas pela União.
- B É prescindível, no registro contábil, a data de ocorrência das transações.
- C Na centralização do registro contábil dos atos e fatos que possam afetar o patrimônio da entidade pública, é possível a utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, para fins de ajustes.
- D O SIAFIC não permite a acumulação dos registros contábeis por centros de custos.
- E O registro contábil deve conter, obrigatoriamente, o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.

Questão 14

Com base no disposto no Decreto n.º 10.540/2020, assinale a opção correta no que diz respeito à gestão de informações pelo SIAFIC.

- A O acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira é restrito aos entes federados envolvidos nas respectivas operações.
- B Em relação às despesas dos entes públicos, é vedada a disponibilização pelo SIAFIC dos dados relativos ao empenho, à liquidação e ao pagamento.
- C As informações sobre a execução orçamentária e financeira dos entes públicos devem ser disponibilizadas pelo SIAFIC em no máximo trinta dias.
- D O SIAFIC deverá permitir a disponibilização ampla ao público das informações relativas às pessoas físicas e jurídicas beneficiárias de pagamentos realizados pelos entes públicos, exceto no que tange aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária.
- E Com relação à receita pública, o SIAFIC deverá permitir a disponibilização ao público, de forma ampla, dos dados e valores relativos à arrecadação, inclusive dos referentes a recursos extraordinários.

Questão 15

Assinale a opção correta no que concerne às disposições do Decreto n.º 10.540/2020 acerca do cadastramento de usuários e da consulta e alteração de dados mantidos pelo SIAFIC.

- A O cadastramento de usuário no SIAFIC requer apenas a assinatura do termo de responsabilidade pelo uso adequado do sistema.
- B O registro das alterações de dados efetuadas pelos usuários no SIAFIC prescinde do lançamento da data e hora da operação.
- C O acesso direto à base de dados do SIAFIC somente pode ser realizado por usuários habilitados.
- D É possível a criação de usuários genéricos no âmbito do SIAFIC.
- E É permitida a utilização de certificado digital com código CPF para a autenticação dos usuários no âmbito do SIAFIC.

Questão 16

Considerando as disposições da Lei de Acesso à Informação, julgue os itens a seguir.

- I A atribuição, pelo comandante da Marinha, de classificação da informação no grau de sigilo ultrassecreto depende da ratificação do ministro da defesa.
- II O acesso a informações pessoais necessárias à defesa de direitos humanos independe do consentimento expresso do titular.
- III A decisão que formaliza a classificação de informação em qualquer grau de sigilo dispensa a identificação do assunto sobre o qual versa a informação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 17

Com base no que dispõe a Lei n.º 13.726/2018, julgue os itens a seguir.

- I Os órgãos e entidades integrantes da administração pública não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão de antecedentes criminais.
- II Entre os critérios a serem observados para a concessão do selo de desburocratização e simplificação estão os ganhos sociais oriundos da medida de desburocratização implementada.
- III A comunicação entre o poder público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, devendo a circunstância ser sempre registrada.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 18

A luz do disposto na Lei de Acesso à Informação, assinale a opção correta.

- A O acesso à informação compreende o direito de obter dados e registros produzidos por órgãos ou entidades públicas, desde que tais dados e registros não tenham sido recolhidos a arquivos públicos.
- B As informações concernentes a procedimentos licitatórios somente serão divulgadas pelos órgãos públicos mediante requerimento da parte interessada.
- C Não será concedido o acesso à informação parcialmente sigilosa, dada a impossibilidade de emissão de certidão ou extrato ocultando a parte sob sigilo.
- D Não será possível o acesso à informação custodiada por entidade privada decorrente de vínculo com órgão público que já tenha cessado.
- E Os órgãos públicos devem disponibilizar, independentemente de requerimento, as informações relativas a repasses e transferências de recursos financeiros.

Questão 19

A luz do disposto no Decreto n.º 10.540/2020, julgue os itens seguintes, relativos ao SIAFIC.

- I O SIAFIC é único para cada ente federativo.
- II O SIAFIC não permite o controle e a evidenciação das operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária.
- III O SIAFIC permite a realização de correções por meio de novos registros, possibilitada a alteração de informações originais incluídas, mesmo após sua contabilização.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 20

Considerando as disposições previstas na Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

- I São passíveis de classificação, quanto ao grau de sigilo, as informações cuja divulgação possa oferecer elevado risco à estabilidade monetária do Brasil.
- II Entende-se por informação sigilosa aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- III O servidor público que agir com má-fé na análise das solicitações de acesso à informação estará sujeito à pena de advertência.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 21

As normas gerais para consolidação das contas públicas estabelecidas pelo órgão central de contabilidade da União são

- Ⓐ obrigatórias para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como para as demais entidades de direito público e as empresas estatais, sejam estas dependentes ou independentes.
- Ⓑ obrigatórias para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como para as demais entidades de direito público e as empresas estatais dependentes.
- Ⓒ facultativas para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- Ⓓ obrigatórias para a União e facultativas para os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- Ⓔ obrigatórias para a União, os estados e o Distrito Federal e facultativas para os municípios.

Questão 22

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), lei complementar que disponha sobre a sustentabilidade da dívida deverá especificar

- I indicadores de apuração da dívida.
- II níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida.
- III trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação.
- IV medidas de ajuste, suspensões e vedações.
- V planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I, III e V estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 23

De acordo com o princípio do orçamento bruto,

- Ⓐ todas as receitas e despesas devem constar pelos seus valores totais na lei orçamentária, sendo vedadas quaisquer deduções.
- Ⓑ todas as receitas e despesas de um ente federado devem integrar um orçamento único.
- Ⓒ a lei orçamentária não poderá conter dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.
- Ⓓ o orçamento elaborado pelo Poder Executivo deve ser debatido, alterado e aprovado pelo Poder Legislativo.
- Ⓔ é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Questão 24

De acordo com o previsto na Lei n.º 4.320/1964, são consideradas receitas orçamentárias todas as receitas arrecadadas, exceto

- I as operações de crédito autorizadas por lei, ainda que não previstas no orçamento.
- II as operações de crédito por antecipação de receita.
- III as emissões de papel moeda.
- IV outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 25

Uma receita ou despesa orçamentária foi classificada com o código “2.4.5.8.55.0.1”, correspondente à estrutura “a.b.c.d.ee.f.g”.

Nessa situação hipotética, à luz da Lei n.º 4.320/1964, é correto afirmar que o número “2”, correspondente a “a”, indica uma

- Ⓐ receita corrente.
- Ⓑ transferência corrente.
- Ⓒ receita de capital.
- Ⓓ despesa corrente.
- Ⓔ despesa de capital.

Questão 26

Tendo como referência a Lei n.º 4.320/1964 e alterações, considere as seguintes situações hipotéticas.

- I O valor do ingresso do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de uma propriedade no município de Maringá foi previsto na Lei Orçamentária de 2021. Embora o lançamento do crédito tributário tenha ocorrido em 2021, o valor do referido tributo somente foi arrecadado e recolhido em 2022.
- II A despesa para a construção de uma rede de esgoto no município de Maringá, prevista na Lei Orçamentária de 2021, foi empenhada em 2021, sendo liquidada e paga somente em 2022.

Nessas situações hipotéticas, sob o ponto de vista orçamentário, a receita e a despesa descritas pertencem, respectivamente, aos exercícios financeiros

- Ⓐ de 2021 e de 2021.
- Ⓑ de 2022 e de 2022.
- Ⓒ de 2021 e de 2022.
- Ⓓ de 2022 e de 2021.
- Ⓔ de 2022 e de 2023.

Questão 27

A União celebrou convênio com o município de Maringá para a transferência de recursos federais no valor de R\$ 1.000.000,00, destinados à construção de cisternas no município. No instrumento, há uma cláusula que garante a transferência dos recursos para o município após o cumprimento de obrigações.

Nessa situação hipotética, como o município não possui autorização orçamentária e/ou legislativa para o recebimento dos recursos do convênio, e como o recurso ainda não foi transferido no balanço patrimonial, o crédito deverá ser registrado no

- Ⓐ saldo patrimonial.
- Ⓑ ativo permanente.
- Ⓒ ativo financeiro.
- Ⓓ passivo permanente.
- Ⓔ passivo financeiro.

Questão 28

Conforme as disposições da Lei n.º 4.320/1964, na classificação institucional das despesas públicas, as dotações orçamentárias serão consignadas

- Ⓐ nas unidades orçamentárias.
- Ⓑ nas funções de governo.
- Ⓒ nos órgãos orçamentários.
- Ⓓ nas categorias econômicas.
- Ⓔ nos elementos de despesa.

Questão 29

De acordo com a classificação por estrutura programática, projeto é

- A** o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.
- B** o plano da quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, se for o caso, em determinado período e instituída para cada ano.
- C** um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.
- D** o planejamento de despesas que, embora não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- E** um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

Questão 30

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, uma despesa para a aquisição de imóvel destinado ao funcionamento de uma secretaria municipal é classificada, no grupo de natureza de despesa, como

- A** inversão financeira.
- B** despesa corrente.
- C** investimento.
- D** transferência corrente.
- E** despesa de capital.

Questão 31

Caso uma receita ou despesa orçamentária seja classificada com o código 3.1.90.11.00, cuja estrutura seja c.g.mm.ee.dd, o algarismo 1, correspondente a g, indicará uma

- A** despesa corrente.
- B** despesa de capital.
- C** despesa de custeio com pessoal e encargos sociais.
- D** receita de capital.
- E** receita corrente.

Questão 32

Os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. Essa regra se aplica

- A** aos créditos suplementares, especiais e extraordinários.
- B** somente aos créditos suplementares e especiais.
- C** somente aos créditos extraordinários.
- D** somente aos créditos suplementares e extraordinários.
- E** somente aos créditos especiais e extraordinários.

Questão 33

O município X abriu crédito extraordinário para cobrir despesas imprevistas e urgentes destinadas ao combate da varíola dos macacos, cuja transmissão cresceu exponencialmente no município. Contudo, o valor do crédito extraordinário não foi suficiente para cobrir todas as despesas necessárias ao combate da doença, cuja transmissão continua ascendente, em evidente perigo à saúde pública.

Nesse caso, considerando-se que a abertura do crédito extraordinário foi omissa, para a continuidade das medidas de enfrentamento à doença, o município X

- A** não poderá abrir novo crédito, haja vista que o valor do crédito extraordinário já se exauriu.
- B** deverá abrir novo crédito extraordinário em reforço.
- C** deverá abrir crédito suplementar para complementar o valor do crédito extraordinário.
- D** deverá abrir crédito especial para complementar o valor do crédito extraordinário.
- E** deverá alocar recursos na lei orçamentária do ano subsequente.

Questão 34

Estão expressamente previstos na Lei n.º 4.320/1964 os princípios orçamentários da

- I unidade;
- II universalidade;
- III exclusividade;
- IV anualidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 35

No que diz respeito ao empenho de despesa, assinale a opção correta.

- A** Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, desde que não dependa do implemento de condição.
- B** É vedada a realização de despesa sem emissão de nota de empenho.
- C** É proibido o empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento.
- D** O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- E** Se o montante da despesa não puder ser determinado, deverá ser previamente liquidado o seu valor.

Questão 36

Constituem restos a pagar processados as despesas

- A** previstas, empenhadas e liquidadas até 30 de dezembro, mas pendentes de pagamento.
- B** previstas até 31 de dezembro, mas pendentes de empenho, liquidação e pagamento.
- C** previstas e empenhadas até 31 de dezembro, mas pendentes de liquidação e pagamento.
- D** previstas, empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro, mas pendentes de pagamento.
- E** previstas e empenhadas até 30 de dezembro, mas pendentes de liquidação e pagamento.

Questão 37

Despesa para aquisição de livros para o acervo de biblioteca pública municipal será classificada como

- A corrente, para custeio em material de consumo.
- B de capital, para investimento em equipamentos.
- C corrente, para custeio em material permanente.
- D de capital, para investimento em material de consumo.
- E de capital, para investimento em material permanente.

Questão 38

Consoante a Lei n.º 4.320/1964, a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será

- A prévia, apenas.
- B prévia e concomitante, apenas.
- C subsequente, apenas.
- D prévia, concomitante e subsequente.
- E concomitante e subsequente, apenas.

Questão 39

Elabora-se anualmente:

- I a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos.
- II somente a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- III somente a Lei do Orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos.
- IV o Plano Plurianual e a Lei do Orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Apenas o item IV está certo.

Questão 40

O orçamento-programa

- A é um instrumento de planejamento, de direção e de controle da administração pública.
- B tem finalidade política, contábil e financeira, exclusivamente.
- C é neutro na política financeira por ele veiculada.
- D objetiva o controle político do Poder Legislativo sobre as atividades financeiras governamentais.
- E é uma peça financeira que contém, exclusivamente, a previsão de receitas e a autorização de despesas.

Questão 41

De acordo com a Portaria MOG n.º 42/1999, a despesa referente ao pagamento de amortização, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida pública interna de operações de crédito pode ser classificada como

- A programa, sendo mensurada por indicadores estabelecidos do plano plurianual.
- B encargo especial, pois é operação realizada de modo contínuo e permanente para a manutenção da ação de governo.
- C projeto, pois envolve operação que concorre para o aperfeiçoamento de ação do governo.
- D atividade, pois não contribui para a manutenção das ações de governo e não gera contraprestação direta.
- E operação especial, pois não contribui para a manutenção das ações de governo e não gera contraprestação direta.

Questão 42

De acordo com a Portaria MOG n.º 42/1999, a dotação global a ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais é denominada

- A função 04 – planejamento e orçamento.
- B função 04 – administração de receitas.
- C função 04 – administração financeira.
- D reserva de contingência.
- E encargo especial.

Questão 43

Caso o município de Maringá seja condenado a pagar valor pecuniário a pessoa física em virtude de sentença judicial transitada em julgado, o pagamento será realizado por

- A penhora judicial à conta bancária do município, desde que prevista em instituição financeira oficial.
- B dotação para operações especiais especificamente aberta para essa finalidade.
- C ordem cronológica de apresentação de precatório, mediante dotações orçamentárias, e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Executivo para esse fim específico.
- D ordem cronológica de apresentação de precatório, mediante a designação do caso e da pessoa nas dotações orçamentárias ou nos créditos adicionais abertos para esse fim específico.
- E ordem cronológica de apresentação de precatório, proibida a designação do caso e de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim específico.

Questão 44

O município de Maringá fixou, por lei, valores distintos às entidades de direito público que sedia, segundo suas diferentes capacidades econômicas, para fins de pagamento de obrigações de pequeno valor, caso em que não se aplica a ordem cronológica geral de apresentação dos precatórios. À luz do disposto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que essa norma estadual é

- A inconstitucional, pois os pagamentos de obrigações constituem matéria específica de lei federal.
- B inconstitucional, pois não pode excepcionar a ordem cronológica geral de apresentação dos precatórios.
- C inconstitucional, pois não pode fixar valores distintos às entidades de direito público.
- D constitucional, sendo possível a fixação desses valores por lei própria e em montantes distintos para as entidades de direito público.
- E constitucional, desde que destinada a débitos de natureza alimentícia ou para beneficiários com sessenta anos de idade ou mais.

Questão 45

De acordo com determinação constitucional, o plano plurianual, no que diz respeito ao ciclo orçamentário, estabelecerá

- A** as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes de forma regionalizada.
- B** as metas e prioridades da administração pública federal, as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- C** demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- D** o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo poder público.
- E** o orçamento fiscal referente aos poderes da União, a seus fundos e a órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Questão 46

Um município editou lei orçamentária anual na qual foram fixadas medidas de fiscalização tributária para aumento da receita orçamentária de imposto sobre serviços de qualquer natureza — ISS, tendo atualizado suas bases de cálculo. Na referida lei, também é prevista autorização para abertura de crédito suplementar.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988, conclui-se que essa lei é

- A** constitucional no que diz respeito à atualização da base de cálculo por lei orçamentária anual.
- B** inconstitucional apenas em relação à parte que prevê dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.
- C** constitucional no tocante às receitas orçamentárias de ISS e à autorização de crédito suplementar.
- D** inconstitucional, pois não pode prever abertura de crédito suplementar nem dispositivo estranho à previsão de receita e fixação de despesa.
- E** constitucional no que se refere ao dispositivo referente à previsão de receita de ISS, mas inconstitucional quanto à previsão de abertura de crédito suplementar.

Questão 47

Os valores que um município recebe a título de caução, fiança ou depósito para garantia constituem receita

- A** orçamentária e apta a financiar despesas públicas correntes.
- B** que deve estar prevista no plano plurianual.
- C** que aumenta a disponibilidade de gasto do estado.
- D** que não causa impacto no saldo patrimonial líquido.
- E** orçamentária, devendo constar na previsão de receita da lei de orçamento anual.

Questão 48

Caso um órgão municipal realize atividade de fomento rural e venda produtos provenientes de sua atividade de exploração agropecuária com baixa margem de lucro, a receita do lucro dessa atividade é classificada como

- A** outras receitas correntes.
- B** receita patrimonial.
- C** receita agropecuária.
- D** receita de serviços.
- E** receita de capital.

Questão 49

A etapa das despesas públicas em que se procede à verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito é denominada

- A** empenho.
- B** gestão do contrato.
- C** fase de habilitação na licitação.
- D** liquidação.
- E** execução do contrato.

Questão 50

O regime contábil adotado pela contabilidade pública brasileira, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, é, em geral, o

- A** regime de caixa para as receitas e despesas.
- B** regime de competência as receitas e despesas.
- C** regime de competência para as despesas inscritas em restos a pagar e regime de caixa para as demais hipóteses.
- D** regime de caixa para as receitas e regime de competência para as despesas.
- E** regime de competência para as receitas e regime de caixa para as despesas.

Questão 51

De acordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ente público, ao realizar a compra de bens por meio de arrendamento mercantil, deverá contabilizar e classificar esse fato como

- A** despesa extraorçamentária.
- B** dívida pública mobiliária.
- C** concessão de garantia.
- D** operação de crédito.
- E** refinanciamento da dívida mobiliária.

Questão 52

A operação realizada para obter recursos em decorrência da insuficiência de caixa, durante o exercício financeiro, para suprir quedas momentâneas de arrecadação, consiste em

- A** operação de crédito proibida.
- B** assunção de obrigação perante fornecedores.
- C** antecipação da receita orçamentária.
- D** empréstimo público.
- E** emissão de título da dívida pública.

Questão 53

Na hipótese de haver alocação de recursos orçamentários para amortização da dívida pública contraída para pagamento no longo prazo, a referida rubrica orçamentária deverá ser classificada como despesa

- A** de capital da espécie transferências de capital.
- B** de capital da espécie investimentos.
- C** de capital da espécie inversões financeiras.
- D** corrente da espécie diversas transferências correntes.
- E** corrente da espécie juros da dívida pública.

Questão 54

O órgão responsável pela contabilidade pública do município de Maringá classificou as despesas de pessoal civil, serviços de terceiros e com inativos e pensionistas como despesas de custeio.

Nessa situação hipotética, a referida classificação é

- A** correta, pois são todas despesas de custeio.
- B** parcialmente correta, pois as despesas com serviços de terceiros, inativos e pensionistas são transferências de capital.
- C** correta, pois são todas despesas de capital.
- D** parcialmente correta, pois apenas as despesas de pessoa civil são despesas de custeio.
- E** parcialmente correta, pois as despesas com inativos e pensionistas são transferências correntes.

Questão 55

Em decorrência da pandemia de covid-19, determinado município instituiu subvenção social por ato administrativo municipal com vigência superior a dois anos.

Nessa situação, de acordo com a classificação orçamentária prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, classifica-se essa despesa como

- A obrigatória de caráter continuado.
- B não obrigatória de caráter temporário.
- C não obrigatória de caráter continuado.
- D obrigatória de caráter transitório.
- E obrigatória de caráter temporário.

Questão 56

A despesa com pessoal ativo e inativo e com pensionistas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar, nos quais se computa a despesa

- A proveniente de indenização por demissão de servidores ou empregados.
- B relativa a incentivos à demissão voluntária.
- C com inativos e pensionistas quanto à parcela custeada por recursos provenientes de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência.
- D com inativos e pensionistas quanto à parcela custeada por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.
- E com mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias.

Questão 57

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é permitido que uma instituição financeira estatal realize operação de crédito

- A com outro ente da Federação para financiar despesas correntes.
- B para a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- C com outro ente da Federação para refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.
- D com outro ente da Federação, observados os requisitos legais.
- E com ente da Federação que a controle, desde que na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Questão 58

Determinado prefeito decide contrair obrigação de despesa a dois meses do término do seu mandato.

Nessa situação hipotética, essa operação é

- A vedada de forma terminante.
- B permitida, se puder ser cumprida integralmente dentro do mandato.
- C permitida, bastando que seja empenhada até o final do exercício do mandato.
- D vedada se houver parcelas a serem pagas no exercício seguinte, ainda que haja disponibilidade de caixa.
- E permitida, bastando a sua escrituração até o final do exercício do mandato.

Questão 59

O controle externo do orçamento público é exercido

- A pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em suas estruturas de auditoria.
- B por qualquer cidadão.
- C pelo titular de cada um dos Poderes da República.
- D diretamente pelo Poder Legislativo de cada ente.
- E pelo Poder Legislativo de cada ente, com o auxílio do tribunal de contas.

Questão 60

Para fins de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, prestará contas

- A qualquer pessoa, física ou jurídica, desde que vinculada à administração pública.
- B qualquer pessoa jurídica pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, excluídas as pessoas físicas e pessoas jurídicas privadas.
- C qualquer pessoa jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, excluídas as pessoas físicas.
- D qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.
- E qualquer pessoa, física ou jurídica, mesmo em relação a dinheiros, bens ou valores privados.

Questão 61

Segundo o disposto na Lei n.º 4.320/1964, na avaliação dos bens de almoxarifado, deve ser considerado o

- A valor de mercado.
- B UEPS (último que entra primeiro que sai).
- C valor justo.
- D PEPS (primeiro que entra primeiro que sai).
- E PMP (preço médio ponderado das compras).

Questão 62

Conforme disposto na Lei n.º 4.320/1964, os créditos adicionais extraordinários

- A são destinados a reforço de dotação orçamentária.
- B são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- C serão abertos por decreto do Poder Executivo.
- D dependem, para a sua abertura, da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- E terão sua abertura precedida de exposição justificativa.

Questão 63

Segundo a lógica do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e seu relacionamento com as naturezas de informação contábil, quanto ao registro contábil de um bem recebido em doação, será debitada uma conta de

- A ativo não circulante e creditada uma conta de controle de atos potenciais (controles credores), na natureza de informação de controle.
- B ativo não circulante e creditada uma conta de atos potenciais (controles credores), na natureza de informação de controle.
- C ativo não circulante e creditada uma conta de variação patrimonial aumentativa, na natureza de informação patrimonial.
- D controle de atos potenciais (controles devedores) e creditada uma conta de variação patrimonial aumentativa, na natureza de informação patrimonial.
- E controle de atos potenciais (controles devedores) e creditada uma conta de controle de atos potenciais (controles credores), na natureza de informação de controle.

Questão 64

O plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) é composto de

- A) quatro classes de contas: duas da natureza da informação patrimonial e duas da natureza da informação de resultado.
- B) cinco classes de contas: duas da natureza da informação patrimonial, duas da natureza da informação de resultado e uma da natureza da informação de custos.
- C) oito classes de contas: quatro da natureza da informação patrimonial, duas da natureza da informação orçamentária e duas da natureza da informação de controle.
- D) seis classes de contas: duas da natureza da informação patrimonial, duas da natureza da informação orçamentária e duas da natureza da informação de controle.
- E) sete classes de contas: duas da natureza da informação patrimonial, duas da natureza da informação orçamentária, duas da natureza da informação de controle e uma da natureza da informação de custos.

Questão 65

Relativamente à utilização da estrutura de codificação por fontes ou destinações de recursos (FR) nos entes federados locais, caso os entes federados municipais necessitem de classificações não contempladas na padronização, eles deverão

- A) solicitar ao órgão central de contabilidade da União uma nova classificação.
- B) criar uma nova classificação e informar ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.
- C) estabelecer detalhamentos nas classificações existentes.
- D) solicitar a referida classificação ao tribunal de contas ao qual estejam jurisdicionados.
- E) criar uma nova classificação e informar ao órgão central de contabilidade da União.

Questão 66

No setor público, a apuração da depreciação deve ser feita mensalmente, a partir do momento em que o ativo

- A) for empenhado.
- B) for liquidado.
- C) se tornar disponível para uso.
- D) for pago.
- E) for incorporado ao patrimônio.

Questão 67

As seguintes informações foram registradas no primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental.

- I Lançamento de impostos no valor de R\$ 100 mil, tendo sido arrecadados 60% desse valor.
- II Empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal no valor de R\$ 40 mil.
- III Empenho e liquidação de serviços de manutenção de equipamentos no valor de R\$ 20 mil, tendo sido 50% pagos à vista e os 50% restantes inscritos em restos a pagar.
- IV Recebimento de depósitos de caução no valor de R\$ 10 mil.
- V Recebimento de um imóvel em doação no valor de R\$ 80 mil.

A partir dessas informações, infere-se que, na demonstração das variações patrimoniais (DVP), o valor apurado do exercício apresenta

- A) resultado patrimonial nulo.
- B) superávit patrimonial de R\$ 10 mil.
- C) superávit patrimonial de R\$ 100 mil.
- D) superávit patrimonial de R\$ 120 mil.
- E) superávit patrimonial de R\$ 130 mil.

Questão 68

Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extraorçamentários, em geral,

- A) são computados em contas de resultado.
- B) integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- C) têm a sua devolução sujeita a autorização legislativa.
- D) não têm reflexos no patrimônio líquido da entidade.
- E) representam disponibilidades de recursos.

Questão 69

Para satisfazer a definição de passivo, é necessário que a obrigação presente seja derivada de um evento

- A) passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- B) passado, que não resulte na saída de recursos da entidade para ser extinta.
- C) presente, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- D) futuro, que não resulte na saída de recursos da entidade para ser extinta.
- E) futuro, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Questão 70

As receitas de operações intraorçamentárias

- A) representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente.
- B) constituem novas categorias econômicas de receita.
- C) devem ser incluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito de cada ente.
- D) visam identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.
- E) possibilitam a anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

Questão 71

Na demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do setor público, os valores relativos ao efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira,

- A) devem ser classificados no fluxo das atividades operacionais.
- B) não devem ser apresentados.
- C) devem ser classificados no fluxo das atividades de investimento.
- D) devem ser classificados no fluxo das atividades de financiamento.
- E) devem ser apresentados separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Questão 72

No que se refere ao atendimento dos limites para a despesa de pessoal definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência

- A) não deve ser deduzida dos limites de despesas de pessoal.
- B) deve ser deduzida dos limites de despesas de pessoal na parcela que ultrapassar o equilíbrio atuarial do regime de previdência no conjunto dos órgãos do ente federado.
- C) deve ser deduzida dos limites de despesas de pessoal de forma proporcional ao déficit atuarial de cada órgão do ente federado.
- D) deve ser deduzida dos limites de despesas de pessoal na parcela que ultrapassar o equilíbrio financeiro do regime de previdência no conjunto dos órgãos do ente federado.
- E) deve ser deduzida dos limites de despesas de pessoal de forma proporcional ao déficit financeiro de cada órgão do ente federado.

Questão 73

A renúncia de receita da anistia

- A** consiste no perdão da dívida.
- B** corresponde ao direito a ressarcimento de tributo pago a maior.
- C** é o perdão da multa.
- D** objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos.
- E** representa a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido.

Questão 74

O registro do fato gerador relativo ao consumo de material de expediente previamente estocado no setor público deve ser contabilizado debitando-se uma conta de

- A** variação patrimonial diminutiva (consumo de material) e creditando-se uma conta de estoque-almojarifado.
- B** crédito disponível e creditando-se uma conta de crédito empenhado a liquidar.
- C** crédito empenhado a liquidar e creditando-se uma conta de crédito empenhado em liquidação.
- D** estoque-almojarifado e creditando-se uma conta de fornecedores e contas a pagar.
- E** fornecedores e contas a pagar e creditando-se uma conta de caixa e equivalentes de caixa.

Questão 75

No reconhecimento contábil de uma transferência voluntária, a regra é o ente recebedor registrar a receita orçamentária no momento

- A** da efetiva transferência financeira.
- B** da prestação de contas da transferência voluntária recebida.
- C** da previsão da referida transferência financeira.
- D** do lançamento da referida transferência financeira.
- E** em que os recursos da transferência voluntária forem utilizados.

Questão 76

Na anulação da dívida ativa, o ente federado deverá registrar a baixa do crédito inscrito, tendo como contrapartida

- A** a mesma conta do ativo, anulando seu efeito.
- B** uma conta de passivo.
- C** uma variação patrimonial diminutiva (VPD).
- D** uma conta de ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido.
- E** uma variação patrimonial aumentativa (VPA).

Questão 77

Relativamente às parcerias público-privadas, caso o contrato de concessão não estabeleça a compensação entre os valores devidos e os valores a receber pelo poder concedente, o valor compartilhado

- A** será reconhecido como uma variação patrimonial aumentativa em contrapartida a uma redução do passivo.
- B** não será reconhecido.
- C** será reconhecido como uma variação patrimonial aumentativa em contrapartida a um ativo.
- D** será reconhecido como uma variação patrimonial diminutiva em contrapartida a um passivo.
- E** será reconhecido como uma variação patrimonial diminutiva em contrapartida a uma redução do ativo.

Questão 78

Entre os demonstrativos que compõem o relatório resumido da execução orçamentária estão

- A** o balanço orçamentário e o demonstrativo dos resultados primário e nominal.
- B** o demonstrativo de estimativa e compensação da renúncia de receita e o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- C** o demonstrativo da despesa com pessoal e o demonstrativo da dívida consolidada.
- D** o demonstrativo da evolução do patrimônio líquido e o demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- E** o demonstrativo das operações de crédito e o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar.

Questão 79

Relativamente à transparência e fiscalização da gestão fiscal, os recursos advindos de depósitos restituíveis e valores vinculados (ingressos extraorçamentários) devem ser

- A** deduzidos da disponibilidade de caixa bruta e informados na coluna das demais obrigações financeiras, de modo a não compor a disponibilidade de caixa líquida.
- B** informados na disponibilidade de caixa bruta e incluídos na coluna das demais obrigações financeiras, de modo a compor a disponibilidade de caixa líquida.
- C** deduzidos da disponibilidade de caixa bruta e informados na coluna das demais obrigações financeiras, de modo a compor a disponibilidade de caixa líquida.
- D** informados na disponibilidade de caixa bruta e deduzidos na coluna das demais obrigações financeiras, de modo a não compor a disponibilidade de caixa líquida.
- E** informados na disponibilidade de caixa bruta e deduzidos na coluna das demais obrigações financeiras, de modo a compor a disponibilidade de caixa líquida.

Questão 80

Se a ocorrência de catástrofes naturais tem sazonalidade conhecida no ente federativo afetado, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser

- A** reconhecidas em contas de passivo circulante do ente afetado.
- B** tratadas como risco fiscal no anexo de riscos fiscais.
- C** consideradas uma contingência passiva do ente afetado.
- D** previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ente afetado.
- E** provisionadas a partir da probabilidade de risco envolvida.

Questão 81

Relativamente a recursos, receitas e despesas no âmbito do setor público, assinale a opção correta.

- Ⓐ A receita e a despesa orçamentárias têm fundamental importância para a administração pública, desse modo, se situações legais específicas o exigirem, os recursos poderão ser destinados, disponibilizados e distribuídos entre as esferas governamentais.
- Ⓑ A relação entre despesa e receita é fundamental para o equilíbrio da equação patrimonial do Estado, constituindo o financiamento um gasto necessário, mesmo que a transação convirja em uma despesa; ainda assim, entre esses gastos, as operações de créditos são as preferidas pelos ordenadores de despesas como fonte de recursos para equilibrar seus caixas, já que os juros são subsidiados.
- Ⓒ A execução da despesa é implemento condicionante para a previsão da receita orçamentária aprovada em lei.
- Ⓓ A receita e a despesa orçamentárias são variáveis integrantes da relação que equilibra o resultado financeiro: enquanto uma representa o montante de recursos de que o Estado se apropria por meio de tributos, a outra é o montante de recursos utilizado pelos entes públicos para remunerar a contrapartida dos bens e serviços gerados pelos cidadãos.
- Ⓔ A despesa orçamentária, em caso de situações legais específicas impostas em lei, determina à administração pública obediência aos limites para a sua realização, bem o dever de acatar as condições estabelecidas para a sua geração.

Espaço livre

Questão 82

Considerando a Lei n.º 101/2000 e a Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal, que encartam anotações específicas a respeito de despesa de pessoal, dívida e endividamento, operações de crédito e adimplemento contratual, assinale a opção a correta.

- Ⓐ Considere-se que um governador de estado, a fim de cumprir as exigências limites e as condições relativas ao financiamento dos dispêndios e recomposição do caixa insuficiente, aguardou cinco dias após sua posse para tomar recursos via operação de crédito; ao tempo, no último ano de seu mandato, para que seu sucessor não ficasse na mesma situação que o governador enfrentara no dia da sua posse, este assumiu compromisso com outra operação de crédito por antecipação de receita, recompondo totalmente o caixa. Nessa situação, o governador cumpriu o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.
- Ⓑ É permitida a contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária por tomador que esteja inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, desde que os recursos obtidos sejam vinculados à regularização de despesas correntes ou para quitar débitos contraídos junto a outra instituição concedente.
- Ⓒ Suponha-se que um governador tenha tomado posse em 2015 e finalizado o mandato em 2018, e que, em determinado período desse interregno, a despesa total com pessoal tenha atingido 53 pontos percentuais da receita corrente líquida e o estado tenha ficado imediatamente impedido de receber transferências voluntárias. Com base nessa situação hipotética, conclui-se que o fato ocorreu no primeiro quadrimestre do primeiro ano do mandato do governador e que o atingimento do referido percentual é suficiente para suportar o ato administrativo.
- Ⓓ Suponha-se que um governador tenha tomado posse em 2015 e finalizado o mandato em 2018, e que, em determinado período desse interregno, a despesa total com pessoal tenha atingido 53 pontos percentuais da receita corrente líquida e o estado tenha ficado imediatamente impedido de receber transferências voluntárias. Com base nessa situação hipotética, conclui-se que o fato ocorreu no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do governador e que o atingimento do referido percentual é suficiente para suportar o ato administrativo.
- Ⓔ Suponha-se que um governador tenha tomado posse em 2015 e finalizado o mandato em 2018, e que, em determinado período desse interregno, a despesa total com pessoal tenha atingido 53 pontos percentuais da receita corrente líquida e o estado tenha ficado imediatamente impedido de receber transferências voluntárias. Com base nessa situação hipotética, conclui-se que o fato ocorreu no último quadrimestre do último ano do mandato do governador e que o atingimento do referido percentual é suficiente para suportar o ato administrativo.

Questão 83

Em relação ao processo de descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, assinale a opção correta.

- A** Caso o Ministério da Cultura divulgue a aprovação de programa a ser executado em municípios, não poderá ser agraciado com recursos de tal programa o município que não tenha unidade administrativa da pasta, mas tão somente um hospital público que receba crédito orçamentário do Ministério da Saúde.
- B** O Poder Executivo tem trinta dias para definir a programação financeira e o cronograma de execução mensal de dispêndios, observados os termos da lei.
- C** Reconhece-se como destaque a movimentação de crédito em que a despesa é reconhecida no momento do pagamento e a receita, no momento da apropriação caso as entidades envolvidas possuam estruturas diferentes, pois, nesse caso, os registros não ocorrerão no mesmo momento.
- D** Na descentralização, a execução da despesa orçamentária será realizada por outro ente, respeitada fielmente a classificação funcional e por programas, sem prejuízo da obrigatoriedade de usar as dotações totalmente nas ações orçamentárias definidas para a consecução do objetivo encartado no programa de trabalho pertinente.
- E** Uma unidade gestora somente poderá efetuar o pagamento de uma despesa liquidada se, pela movimentação de recursos, tiver recebido o seu crédito; é necessário que o seu reconhecimento e sua mensuração (independentemente se foi por cota, sub-repasse ou repasse) sejam replicados na contabilidade no enquadramento crédito disponível.

Questão 84

Acerca de componentes patrimoniais, assinale a opção correta.

- A** Ativo é um recurso controlado no presente como resultado do passado, sendo a propriedade legal condição para o exercício desse controle.
- B** Os elementos definidos na estrutura conceitual da contabilidade aplicada ao setor público (NBC TSP) são: ativo; passivo; variação patrimonial aumentativa; variação patrimonial diminutiva; contribuição e distribuição aos agentes consignatários.
- C** Considere-se que uma entidade compre um bem móvel (uma motocicleta) para uso, sem perda de capital, e que, no lançamento contábil dessa transação — visão contabilidade setor público —, registre-se uma despesa.
Em face dessa situação, analisada a transação sob o enfoque patrimonial (equação fundamental do patrimônio), conclui-se que não houve alteração do patrimônio líquido, logo, de fato, não houve despesa.
- D** São reconhecidos na conta patrimonial estável devedora os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo.
- E** Para efetuar uma transação que envolva uma conta reconhecida no ativo permanente, é necessária autorização legislativa, ao passo que uma transação no passivo permanente depende de autorização orçamentária para amortização ou resgate.

Questão 85

Relativamente ao cumprimento de metas bimestrais de arrecadação e à gestão da despesa pública, assinale a opção correta.

- A** É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente da Federação que, ao descumprir os limites constitucionais, coloca em risco a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.
- B** Ao final do bimestre, os entes da Federação cuja receita tenha ficado aquém das metas fixadas para o resultado primário ou nominal (anexo de metas bimestrais e fiscais) deverão cumprir a determinação legal de limitação de empenho e, por conseguinte, a de movimentação financeira dos recursos.
- C** Limitar emissão de empenho é uma das formas que o ente poderá utilizar para reconduzir a dívida aos limites e, por conseguinte, obter resultado primário.
- D** Entre os controles da dívida, um dos mais rígidos diz respeito ao limite de despesa com pessoal; para tanto, a lei investiu de competência os tribunais de contas para, além de alertar, determinar aos poderes ou órgãos ações para ajustar os gastos com despesa quando ultrapassar 95% do limite de referência.
- E** O Poder Executivo tem trinta dias para efetuar o desdobramento das receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, especificando as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, acompanhado da quantidade e valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como a definição do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Questão 86

A respeito das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluindo-se a concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, assinale a opção correta, de acordo com a Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

- A** Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem ceder direitos de créditos (de participação governamental obrigatória e modalidades nominadas na lei) relativos a período posterior ao do mandato do chefe do Poder Executivo desde que seja para a capitalização de fundos de previdência destinados a complementar a aposentadoria governamental dos cotistas.
- B** Para auxiliar no cumprimento dos limites de endividamento e honrar os compromissos tempestivamente, admite-se que um ente da Federação firme participação em consórcio público cujo objetivo seja unicamente a contratação de operação de crédito, conforme preceitua a lei.
- C** Aos entes da Federação que participem de consórcios públicos cujo objeto tenha como contributo a contratação de operações de crédito e a União figura como consorciada é vedado contrair operações de crédito cujas obrigações contratuais respectivas ultrapassem o mandato do chefe do Poder Executivo.
- D** É vedado contratar operação de crédito no semestre (180 dias) anterior ao final do mandato do chefe do Poder Executivo do estado, do Distrito Federal ou do município, excetuando-se dessa trava as nominadas em lei.
- E** Para salvaguardar o patrimônio do erário público, os contratos relativos a operações de crédito externo devem contemplar cláusula que regulamente a compensação automática de débitos e créditos.

Questão 87

Acerca da renúncia de receita, assinale a opção correta.

- A** As informações propriamente ditas sobre as renúncias contabilizadas após a arrecadação ficam registradas somente em contas de natureza orçamentária.
- B** O crédito presumido visa equalizar para a autoridade fiscal os efeitos da compensação tributária decorrente de arrecadação de impostos não cumulativos, sendo considerada capciosa a renúncia, já que o único prejudicado é o contribuinte, uma vez que o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria.
- C** No levantamento do montante de receitas não arrecadadas, é utilizada a metodologia da dedução de receita, em que se efetua o registro contábil na conta receita (natureza patrimonial) objeto da renúncia, em contrapartida com uma conta de redução de receita (conta redutora de receita).
- D** O responsável pelo controle orçamentário da receita e por sua respectiva dedução, bem como pelo controle patrimonial, deve desconsiderar, ao baixar eventuais ativos já constituídos, o fluxo de caixa do crédito tributário referente ao perdão (remissão) da multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo.
- E** Está de acordo com as normas técnicas e legais a renúncia de receita que não afete as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Questão 88

A respeito dos compromissos financeiros assumidos pelas entidades da administração pública para a obtenção de recursos destinados a financiar seus dispêndios, assinale a opção correta.

- A** A operação de crédito conhecida como mútuo financeiro é regida pela imutabilidade da coisa, assim, para preservar tal individualidade, o mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o bem recebido de inteiro teor quanto à espécie, quantidade e qualidade.
- B** A operação de crédito reconhecida a partir da confissão de dívidas não é considerada uma operação de crédito propriamente dita, mas um compromisso financeiro equiparado a operação de crédito.
- C** As operações de crédito são assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes de mesma esfera governamental, ou, ainda, de outras esferas, sem prejuízo de que os compromissos assumidos possam decorrer da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos.
- D** Por serem operações simples e rápidas cujo tomador é avaliado quanto à capacidade de pagamento e ao histórico de crédito, os empréstimos são considerados operações de crédito com garantia e objetivo específico.
- E** O arrendamento mercantil financeiro, também conhecido como *leasing*, é uma espécie de operação de crédito em que o proprietário que adquiriu o bem (arrendador) transfere os benefícios que sua propriedade produz ao arrendatário para ultimar o melhor uso.

Questão 89

Em relação ao suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A** É facultado aos órgãos que não possuem receitas próprias concederem suprimento de fundos.
- B** Em respeito aos limites para suprimento de fundos de pequeno vulto mediante cartão de pagamento do governo federal e conta bancária, o valor do adiantamento de despesa não deve incluir os valores referentes às obrigações tributárias e de contribuições, visto que estes, dada a natureza corrente da despesa, são classificados apartadamente, de modo a se evitar lançamento em duplicidade.
- C** A restituição de adiantamentos de despesas deve ser analisada como uma cadeia de valor com foco no momento do recolhimento: valores adiantados a título de suprimento de fundos, recolhimento no mesmo exercício, conta – anulação de despesa, evento – recomposição da dotação; e valores adiantados a título de suprimento de fundos, recolhimento após o encerramento do exercício, conta – ajustes exercícios anteriores, eventos – recomposição da dotação orçamentária e classificação pela natureza – outras restituições.
- D** Caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, a autoridade competente em nível ministerial poderá, excepcionalmente, fracionar a despesa com suprimento de fundos, desde que satisfeitas as características do fracionamento, ou seja, as aquisições devem ter a mesma natureza funcional e ser registradas na mesma classificação contábil em qualquer dos níveis.
- E** As potencialidades do suprimento de fundos foram ampliadas por lei para a garantia de auxílio no enfrentamento da pandemia da covid-19, contudo, como o acesso a esses limites ampliados somente ocorre por meio do cartão de pagamento do governo (cartão corporativo), já regulamentado no âmbito federal, exigiu-se que os demais entes da Federação criassem ou adquirissem cartão próprio.

Questão 90

Relativamente à aplicação de recursos de convênios, assinale a opção correta.

- A** O sistema de gestão de convênios e contratos de repasse (SICONV) descentraliza os créditos, ajustando as transferências de recursos orçamentários entre as unidades gestoras de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração e termos de fomento.
- B** A previsão do cronograma de desembolso consiste em documento padrão que discrimina os valores a serem repassados pelo concedente e o montante da contrapartida financeira do proponente, especificando o valor de cada parcela e o montante total dos recursos.
- C** De acordo com a legislação vigente, diante de situações atípicas, qualquer ente da Federação pode atuar como concedente e efetuar transferência dos recursos financeiros ou descentralizar créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
- D** O termo de referência e o projeto básico visam disciplinar, demonstrar a viabilidade e a conveniência da execução da obra ou do serviço pactuado no termo; em razão da obrigatoriedade, se não forem apresentados antes da celebração do instrumento, o prazo se extinguirá até o recebimento da primeira parcela dos recursos.
- E** Um gestor que execute um novo projeto a partir do recebimento de recursos de um objeto proposto com prioridade decadente em razão de tempo decorrido entre a apresentação da proposta e a liberação dos recursos comete falha de natureza grave e, necessariamente, a decisão do julgamento será pela irregularidade das contas apresentadas.

Questão 91

Considerando os estágios específicos a serem cumpridos para legitimar a execução da despesa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento da obrigação em que o fato gerador ocorra entre o empenho e a liquidação implica admitir que o passivo financeiro será sensibilizado somente após a liquidação, já que a vinculação do reconhecimento do fato gerador da obrigação tem como momento o estágio mais próximo do pagamento ou a extinção da obrigação.
- Ⓑ Entende-se como despesa realizada ou executada o total das despesas empenhadas no exercício.
- Ⓒ Nos termos da lei, a ordem de pagamento consiste no despacho exarado pelo ordenador de despesas qualificando a obrigação para pagamento imediato.
- Ⓓ Em casos especiais previstos na legislação específica, pode ser dispensada a nota de empenho.
- Ⓔ Segundo o *framework* (estrutura) que suporta a contabilidade aplicada ao setor público, não se vislumbram obrigações que, no momento do empenho, estejam patrimonialmente já reconhecidas.

Questão 92

Considerando que o gestor público, no último ano de mandato, deve obedecer às restrições previstas nos regramentos vigentes, assinale a opção correta.

- Ⓐ É nulo de pleno direito o aumento de despesa com pessoal nos três meses que antecedem o pleito eleitoral (90 dias), do último ano do mandato do titular do Poder Executivo.
- Ⓑ É vedado ao titular de qualquer um dos poderes ou órgão, nos últimos 180 dias de seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele e que, por conseguinte, seria convertida em restos a pagar.
- Ⓒ Devido às medidas de enfrentamento da pandemia de covid-19, deixou de ser crime nominado no Código Penal o aumento de despesa com pessoal no âmbito do Poder Executivo, nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do poder ou órgão, não tendo, entretanto, tais medidas alcançado o Poder Legislativo.
- Ⓓ Nos três meses que precedem o pleito eleitoral (90 dias), é proibido a qualquer candidato comparecer às inaugurações de obras públicas, estando o infrator dessa norma sujeito à cassação do registro ou do diploma.
- Ⓔ É vedado realizar, em ano de eleição, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral (90 dias), despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais.

Questão 93

Assinale a opção correta acerca da dívida pública.

- Ⓐ A escrituração do montante e a da variação da dívida pública no período deverá evidenciar de forma detalhada a natureza e o tipo de credor.
- Ⓑ A emissão do crédito público (contratação) exige previsão orçamentária ou autorização legal, inclusive, para atender os limites e condições estabelecidos pelo Senado Federal.
- Ⓒ Entre as espécies de extinção do crédito público, admitidas e vigentes, conforme o entendimento doutrinário, figura a bancarrota, ou falência, do Estado.
- Ⓓ Considera-se como dívida pública consolidada ou fundada o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, de prazo superior a doze meses ao do exercício, caso as receitas tenham constado do orçamento.
- Ⓔ A dívida pública, fluante ou fundada, decorre originalmente dos créditos públicos contratados e, portanto, representa o conjunto de todos os compromissos, sem prejuízo dos prazos, assumidos pelo Estado com terceiros.

Questão 94

No que concerne às receitas intraorçamentárias e aos preceitos legais que suportam a gestão contábil-financeira dos restos a pagar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para evitar a dupla contagem das novas entradas de recursos nos cofres públicos, objeto de operações intraorçamentárias, as quais integram a consolidação das contas públicas, a autoridade pública incluiu duas novas categorias econômicas: “7 – Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “8 – Receitas de Capital Intraorçamentárias”, sendo os códigos 7 e 8 representativos de suas categorias econômicas de receita.
- Ⓑ É vedado ao titular de poder ou órgão, no final de seu mandato, contrair obrigação de despesa sem que haja suficiente disponibilidade de caixa (líquida dos encargos e das despesas compromissadas a pagar até o final do exercício) para cumprimento integral no exercício.
- Ⓒ As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação direta, na qual as aplicações dos créditos orçamentários são realizadas diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- Ⓓ As liberações de recursos decorrentes de operações intraorçamentárias (ocorridas no âmbito do orçamento) se confundem com as das transferências intergovernamentais, em que um ente chamado de repassador entrega recursos correntes ou de capital para um ente denominado beneficiário ou recebedor.
- Ⓔ Nas descentralizações financeiras para a execução do orçamento, deve ocorrer o registro de receitas e despesas intraorçamentárias quando se tratar de aquisição de materiais, bens e serviços ou pagamento de impostos, taxas e contribuições entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade.

Questão 95

Assinale a opção correta no que se refere a restos a pagar e débitos de tesouraria.

- Ⓐ As despesas cujos empenhos tenham sido anulados à letra da lei e cujo credor tenha cumprido sua obrigação tempestivamente poderão ser pagas à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores, respeitada a categoria econômica própria.
- Ⓑ Restos a pagar de juros e amortização da dívida decorrem de serviços da dívida que não foram pagos na data de seu vencimento.
- Ⓒ Caso um fornecedor se habilite para receber pagamento cujo montante reclamado já tenha sido inscrito em restos a pagar em anos anteriores, o responsável pela unidade gestora deve autorizar a reinscrição, mesmo se os restos a pagar tenham sido cancelados, nos termos da lei.
- Ⓓ O cancelamento de restos a pagar exclui a respectiva obrigação suporte e, por conseguinte, é fato gerador de disponibilidade financeira em decorrência do embolso monetário.
- Ⓔ Os débitos de tesouraria, apesar de originários da antecipação de receita orçamentária, não podem ser utilizados no pagamento de gastos públicos e, também, não podem ser quitados nos exercícios seguintes ao do recebimento.

Questão 96

Concerentemente aos dispêndios realizados pelos entes públicos para saldar compromissos pactuados, assinale a opção correta.

- Ⓐ O impacto financeiro das despesas correntes obrigatórias de caráter continuado deve ser compensado pelo aumento de receita ou pela redução de despesa, em caráter permanente.
- Ⓑ O ressarcimento decorrente da cessão de servidores a outros órgãos ou do exercício de servidores e empregados em outro poder é devido aos entes que recebam recursos do Tesouro Nacional, portanto, devem compor o orçamento fiscal e da seguridade social da União.
- Ⓒ A despesa total com pessoal será apurada adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- Ⓓ O anexo de metas fiscais deve ser instruído com a metodologia de cálculo que suporta a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- Ⓔ O pagamento de auxílio-transporte de natureza indenizatória aos servidores públicos federais e militares, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, é considerado despesa obrigatória.

Questão 97

No que diz respeito à escrituração contábil das receitas públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Com o advento da já pacificada escrituração contábil digital, os ingressos das receitas públicas passaram a atender ao regime de competência e, por conseguinte, deixou de vigorar o regime de caixa preconizado na Lei n.º 4.320/1964.
- Ⓑ Por meio de recolhimento, os contribuintes ou devedores transferem diretamente para a conta específica do Tesouro Nacional os encargos tributários de sua responsabilidade, sem prejuízo da necessidade de as instituições financeiras fornecerem os recibos das importâncias recolhidas em suas dependências.
- Ⓒ Algumas receitas extraorçamentárias são receitas públicas, já que não figuram no passivo como exigíveis, não tendo portanto, o Estado a obrigação de restituí-las, exceto por autorização legislativa.
- Ⓓ As receitas extraorçamentárias passam apenas pelas etapas de arrecadação e de recolhimento.
- Ⓔ A receita orçamentária no Brasil segue rito próprio e suas etapas obedecem à ordem sistemática de ocorrência dos fenômenos econômicos: etapa inicial de previsão; na sequência, a etapa de lançamento e arrecadação; e, por fim, a etapa de recolhimento.

Questão 98

Assinale a opção correta acerca da execução orçamentária e financeira.

- Ⓐ No âmbito da União, a Secretaria do Tesouro Nacional é responsável pela descentralização ou movimentação de créditos que serão alocados nas contas de disponibilidades.
- Ⓑ As unidades orçamentárias integrantes do sistema de planejamento e orçamento são responsáveis pela apresentação da programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo.
- Ⓒ A Lei de Diretrizes Orçamentárias, visando à manutenção do equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, condiciona o Poder Executivo a fixar quadro em que seja limitada a despesa que cada unidade orçamentária deverá utilizar no exercício.
- Ⓓ O Poder Executivo pode individualizar montante de recursos a ser utilizado exclusivamente para atender finalidade específica, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- Ⓔ De acordo com a estrutura atual, o orçamento público está organizado em programas de trabalho, projetos e atividades, além de incluir as ações de caráter secreto e informações qualitativas e quantitativas, físicas ou financeiras.

Questão 99

Em relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às normas aplicadas aos entes públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma inovação creditada ao PCASP, intrínseca à execução orçamentária/arrecadação da receita, é reconhecer os recursos do superávit financeiro como nova receita, uma vez que tais recursos são fontes para abertura de créditos suplementares e especiais.
- Ⓑ O PCASP vigente em 2022 está estruturado em quatro naturezas de acordo com as informações contábeis e em oito classes, sendo as contas contábeis identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento, compostos por nove dígitos.
- Ⓒ O PCASP é uma ferramenta de consolidação de contas, de inovação na contabilidade aplicada ao setor público e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade.
- Ⓓ As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público, exceto, às empresas estatais dependentes — empresas controladas por ente da Federação com maioria do capital social com direito a voto.
- Ⓔ Os códigos de grupos de contas contábeis — 1.1.1, 1.1.4 e 1.2.1 — fazem referência, respectivamente, às contas do PCASP denominadas caixa e equivalentes de caixa; investimentos e aplicações temporárias a curtíssimo prazo (vencimento em até 90 dias); e investimentos e aplicações temporárias a curto prazo (vencimento em até 360 dias).

Questão 100

Relativamente aos entes públicos como tomadores de recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A amortização da operação de crédito é um fato permutativo sob a ótica patrimonial, cujo lançamento no pagamento envolve um débito no passivo permanente (empréstimos e financiamentos) e um crédito ativo de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa).
- Ⓑ Nas operações de crédito decorrente de assunção de dívidas equiparadas a operação de crédito, à inicial tem-se fato permutativo envolvendo duas contas de passivo: a débito, de incorporação de passivos; e a crédito, de obrigações de curto ou longo prazo.
- Ⓒ O reconhecimento dos custos dos empréstimos tomados pela entidade, que, por decisão tardia, resolve usá-los com o propósito de tê-los no portfólio ativo qualificável, deve estar líquido de quaisquer receitas financeiras obtidas.
- Ⓓ No crédito público, o empréstimo materializado, que é de fato antecipação de receita futura, dá origem à dívida pública em razão da insuficiência de caixa para saldar os compromissos no vencimento.
- Ⓔ Na extinção da dívida pública, o instituto da conversão diz respeito à quitação de uma dívida anterior por meio de uma nova operação de crédito.